



**Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE LAGOA – AÇORES, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010**

**ACTA Nº 01/2010**

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Albertina Maria da Costa Oliveira, em substituição da membro Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Leonel da Rosa da Silveira; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Gilberto Gouveia Branquinho; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; André Carvalho Almeida; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Rosa Maria Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Não compareceu à sessão os membros: Susana Maria Goulart Pereira da Costa e Pedro Miguel da Silva Monteiro.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores:

Durval Carlos Almeida Faria, Marco Paulo da Silva Teixeira, Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Participou ainda na sessão, no período de intervenção aberto ao público, o cidadão Jorge Amaral Borges morador na freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que atendendo que foram enviadas cópias da acta aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, que fosse dispensada a leitura da acta, o que foi aceite, por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da quinta sessão ordinária, do dia 17 de Dezembro de 2009.

A acta foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e quatro membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 18 de Dezembro de 2009 a 26 de Fevereiro de 2010 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelo membro Albertina Maria da Costa Oliveira foi recebida comunicação, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 17 de Dezembro de 2009.

Pelo membro Pedro Miguel da Silva Monteiro foi recebida comunicação, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2010.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **VOTO DE PESAR:**

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o Voto de Pesar, que abaixo se transcreve:

“Considerando a enorme tragédia que assolou a Região Autónoma da Madeira no passado dia 20 de Fevereiro e que deixou um profundo rasto de destruição e muita desolação pela perda humana e de bens, proponho que a Assembleia Municipal de Lagoa aprove um voto de pesar.

Expressamos desse modo, a nossa tristeza face aos acontecimentos ocorridos e as nossas condolências a todas as famílias cujos entes faleceram ou desapareceram em virtude da referida intempérie.

Solidarizamo-nos com o Governo Regional da Madeira e com as Câmaras Municipais que têm uma árdua tarefa de socorro às populações, de avaliação dos danos e de recuperação dos estragos desejando que tal se proceda com rapidez de modo a proporcionar, dentro do possível, que a normalidade regresse à Madeira.

Proponho que seja dado conhecimento deste Voto de Pesar às Câmaras e Assembleias Municipais do Funchal, Ribeira Brava e Machico.”

O membro Paulo Jorge Borges na sua intervenção deu as boas noites a todos os presentes e propôs à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Vasco Garcia; Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Francisco Vieira; Rosa Borges e António Augusto Borges a aprovação de um Voto de Pesar e de Solidariedade, cujo teor abaixo se transcreve:

“Os deputados do PSD abaixo assinados expressam o seu profundo sentimento de dor pelos trágicos acontecimentos ocorridos na Madeira, no passado Sábado e manifestam deste modo a sua solidariedade com os irmãos Madeirenses.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o Voto de Pesar e de Solidariedade apresentado pelos membros do PSD.

#### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO:**

Em nome dos dezasseis membros do PS presentes nesta sessão, foi apresentado o Voto de Congratulação, que abaixo se transcreve:

“O Convento dos Franciscanos, localizado na freguesia de Santa Cruz é indiscutivelmente um imóvel de grande valor histórico e patrimonial e um dos mais emblemáticos monumentos do Concelho de Lagoa.

O Convento dos Franciscanos está classificado como Imóvel de Interesse Público de acordo com a resolução n.º 55/2001, de 17 de Maio, publicado no Jornal Oficial, I Série, n.º 20 e constitui um exemplar da arquitectura barroca, cuja construção data da segunda metade do século XVIII.

O Concelho da Lagoa reconhecido pelo seu valioso património religioso encontra no Convento dos Franciscanos o seu ex-líbris, uma das construções arquitectónicas mais interessantes do Município. A sua igreja, dedicada a Santo António, apresenta uma fachada barroca profusamente decorada. No seu interior, destaca-se o trabalho de talha do altar-mor e uma imagem de Nossa Senhora da Conceição.

A sobriedade do espaço; a nave de planta rectangular; a abóbada de berço e a simetria são algumas das características presentes neste imóvel, destacando-se ainda, os altares de talha dourada que ornamentam a zona da cabeceira.

Considerando o desafio público que o Presidente da Câmara Municipal de Lagoa deixou ao Governo Regional dos Açores, designadamente aquando da cerimónia do Cantar às Estrelas e das instalações dos órgãos autárquicos na Lagoa, para que este cedesse o Convento dos Franciscanos à Câmara Municipal de modo a avançar-se com um projecto de reabilitação e beneficiação que contribua para a dignificação e valorização daquele imóvel, que muito diz aos lagoenses e que se encontra em avançado estado de degradação;

Considerando que, o Governo Regional dos Açores no Conselho de Governo realizado a 19 de Fevereiro de 2010, aprovou uma resolução com vista à cedência, a título definitivo e gratuito, o Convento dos Franciscanos, que dispõe de uma área coberta de 1820 m<sup>2</sup> e um logradouro de 1644 m<sup>2</sup> e tendo por base o seu interesse para a comunidade;

Considerando o potencial turístico, cultural e económico deste imóvel para o Concelho de Lagoa;

Proponho que se aprove um Voto de Congratulação ao Governo Regional dos Açores pela cedência, a título definitivo e gratuito, do Convento dos Franciscanos ao Município de Lagoa e que se dê conhecimento escrito desta deliberação a Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal felicitou e congratulou também o Senhor Presidente da Câmara Municipal por esta conquista.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e aclamação aprovar o Voto de Congratulação apresentado.

### **PROPOSTA - RECOMENDAÇÃO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DOS MUNICÍPIOS NO IRS:**

Em nome dos dezasseis membros do PS presentes nesta sessão, foi apresentada a Proposta - Recomendação à Assembleia da República - Participação Variável dos Municípios no IRS, que abaixo se transcreve:

“O Poder Local tem, ao longo dos últimos anos, vivido envolto em circunstâncias de gestão financeira bastante difíceis. O Município de Lagoa (Açores) não é excepção para este clima de dificuldades financeiras. A crise internacional em que se encontra

imerso o mundo afectou toda a Europa, sentindo-se em todas as nações, tendo os seus efeitos agravado a situação de desvantagem em que vivem as regiões ultraperiféricas e, concretamente, os municípios existentes nestes espaços regionais. Cada vez mais, a população torna-se exigente para com as autarquias, manifestação do Poder do Estado de Direito Democrático mais próxima dos cidadãos, procurando uma solução para a sustentabilidade dos seus lares e das comunidades onde se inserem. É neste contexto que brota a necessidade do Estado continuar a empreender esforços na implementação de políticas de discriminação positiva em todos os sectores nas regiões distanciadas dos grandes centros e mercados e onde os abalos financeiros internacionais e nacionais se fazem sentir de forma mais agravada. Neste sentido, o Município de Lagoa (Açores) acredita que o facto de não contemplar os municípios açorianos com as verbas adstritas à participação variável no IRS é profundamente injusto e enferma de falhas no conceito de equidade previsto na Constituição da República Portuguesa, uma vez que os municípios, enquanto entes da ordem jurídico-política interna, devem ser tratados de forma justa, tendo em especial consideração as suas especificidades que podem e muitas vezes condicionam o seu desenvolvimento, condicionando ainda a concretização de um dos grandes princípios constitucionais: a igualdade entre cidadãos, nomeadamente de acesso a bens e serviços. Valorizamos o esforço de contenção e o objectivo do reequilíbrio das contas públicas do Governo da República e congratulamos este órgão de soberania pelo ganho médio de cerca de 5,16 %, no que diz respeito ao FEF e ao FSM, representando um estímulo ao desenvolvimento dos municípios açorianos, no entanto as verbas da participação variável no IRS seriam vitais para a prossecução de objectivos por parte do nosso município.

Assim,

Tendo em conta a actual conjuntura económica e financeira internacional, com repercussões no ambiente interno português, e especificamente na Região Autónoma dos Açores;

Considerando que os municípios têm vindo a apresentar grandes dificuldades financeiras e orçamentais;

Tendo em conta que a programação orçamental financeira para o ano de 2010 não contempla a questão da participação variável dos municípios açorianos no IRS;

Visando a justiça e equidade entre os municípios do território continental nacional e os municípios das Regiões Autónomas;

Proponho que a Assembleia Municipal de Lagoa (Açores) aprove a apresentação de uma recomendação à Assembleia da República para que na Lei do Orçamento de Estado para 2010, já aprovada na generalidade, sejam revistas as dotações das transferências do Orçamento Estado para os municípios dos Açores, concretamente na questão da participação variável no IRS, prevendo esta verba neste diploma orientador de toda a actuação do poder público para o corrente.

É em prol da defesa dos cidadãos lagoenses, do desenvolvimento da nossa comunidade e da manutenção do nível de vida dos nossos munícipes que esta Assembleia apresenta a presente recomendação, confiando na Assembleia da República, como garante dos direitos de todos os portugueses, para resolução desta situação.”

O membro Paulo Jorge Borges propôs à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Vasco Garcia; Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Francisco Vieira e António Augusto Borges a aprovação da Recomendação, que abaixo se transcreve:

“As autarquias dos Açores são, perante a lei e o Estado, iguais às do restante território nacional.

A relação financeira das autarquias dos Açores com o Estado não pode, por isso, assentar em qualquer tipo de discriminação negativa decorrente da existência da Autonomia e dos seus órgãos.

De acordo com o artigo 20º da Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domínio fiscal no respectivo concelho, podendo as autarquias determinarem a redução de tal participação de modo a beneficiar, efectivamente, os cidadãos e as suas famílias, no sentido em que a diferença em causa é considerada como dedução à colecta do IRS a favor dos contribuintes.

Durante os anos 2007, 2008 e até Março de 2009, o Governo da República procedeu às adequadas transferências financeiras nos termos legais referidos.

Todavia, a partir de Março de 2009, as autarquias açorianas depararam-se com o inesperado corte de tais transferências, com base numa suposta interpretação “centralista” que não compreende nem dignifica as autonomias.

A dita interpretação visou responsabilizar a Região pelas transferências financeiras em causa, desresponsabilizando assim o Estado de uma obrigação financeira inalienável.

Perante o ataque claro e assumido às autarquias dos Açores e à Autonomia, várias entidades manifestaram o seu protesto, nomeadamente a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Em 16 de Dezembro de 2009, o Governo Regional dos Açores, assumiu publicamente que “o Governo da República aceitou uma proposta dos Açores, que irá permitir às autarquias açorianas a manutenção das receitas correspondentes à sua participação no imposto sobre o rendimento.”

Adiantava o Governo Regional, que “com esta intervenção, que foi acompanhada pela AMRAA, o Governo dos Açores encontrou uma solução que permite resolver o diferendo entre os municípios açorianos e o Governo da República, tendo ficado definido na reunião da Comissão de Acompanhamento de Políticas Financeiras (...) o enquadramento legal e financeiro a inscrever no orçamento de Estado de 2010 para regularizar a situação.”

Com o mesmo espírito, o Governo Regional congratulou-se, afirmando que “ao conseguir a concordância do Governo da República na resolução desta divergência, contribuiu para reforçar a estabilidade financeira das autarquias açorianas, tendo intermediado com sucesso uma divergência de interpretação da legislação em vigor.”

Porém, no dia 10 de Fevereiro de 2010, no debate na generalidade do Orçamento de Estado o Ministro das Finanças contrariou claramente aquilo que o Governo Regional havia assumido, reafirmando a posição “centralista” ao declarar: “não venham pedir ao Governo da República que pegue no IRS dos portugueses do continente para levar às Regiões; quando deve ser o IRS das Regiões a suportar essa receita dos municípios.”

Com esta declaração e com tal postura, o Governo da República e o Ministro das Finanças em particular acabam por prejudicar todos os Açorianos que deixam, assim, de poder beneficiar da redução de IRS que a Lei confere a todos os municípios do continente.

A manter-se tal situação, o Município de Lagoa perde verbas que nos fazem falta e que não serão transferidos para a autarquia, conforme decorre da própria Lei.

Assim, os deputados municipais abaixo-assinados, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõem que a Assembleia Municipal de Lagoa, se manifeste contra a posição assumida pelo Governo da República – em não transferir para as autarquias açorianas as verbas correspondentes a 5% do IRS gerado nos respectivos concelhos – e que aprove a seguinte Recomendação dirigida ao Governo Regional

dos Açores, à Assembleia da República e ao Governo da República, no âmbito das respectivas atribuições e responsabilidades:

**Estabeleça e consagre no Orçamento de Estado para 2010 as verbas necessárias e que garanta a transferência para as autarquias dos Açores dos valores correspondentes a 5% do IRS gerados nos respectivos concelhos relativamente aos anos 2009 e de 2010.”**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Recomendação à Assembleia da República - Participação Variável dos Municípios no IRS apresentada pelos dezasseis membros do PS presentes nesta sessão e a Recomendação apresentada pelos membros do PSD.

Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal felicitou o Senhor Presidente da Câmara Municipal pela sua participação na Audição Parlamentar da Assembleia da República e perguntou qual foi o resultado daquelas audiências.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, deu as boas noites a todos os presentes na Assembleia Municipal e informou que participou nas últimas duas semanas, integrando uma delegação do Conselho Directivo da ANMP, em reuniões na Assembleia da República com os diferentes grupos parlamentares (PSD, PS, PCP, CDS-PP e BE), numa audição conjunta da Comissão do Poder Local e do Orçamento e Finanças, bem como numa audição com Sua Excelência, o Presidente da República.

Estas audiências serviram para além da apresentação do parecer da ANMP à proposta de Orçamento de Estado para apresentar a posição da ANMP sobre a problemática referente aos 5% do IRS das Autarquias das Regiões Autónomas.

Em todas as audiências foram dadas garantias no empenho e na resolução desta questão.

Em termos concretos o PCP informou que iria apresentar na especialidade, uma proposta de alteração e do PSD, BE e CDS o apoio a este tipo de proposta.

O Senhor Presidente da República também prometeu ver este assunto com o Primeiro-Ministro, tanto mais que já tinha recebido garantias que este assunto iria ser resolvido.

Em resumo as recomendações foram bem acolhidas, houve concordância entre os vários Grupos Parlamentares, no sentido de subscrever uma proposta de alteração à proposta de Lei do “Orçamento do Estado para 2010” para incluir os valores referentes à participação do IRS aos Municípios dos Açores e da Madeira. Mais referiu



que espera que a Assembleia da República tenha em conta aquelas propostas e corrija a proposta de Lei do “Orçamento do Estado para 2010”.

A Assembleia tomou conhecimento.

**PROPOSTA - RECOMENDAÇÃO À ASSEMBLEIA REGIONAL - ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS AÇORES (ERSARA):**

Em nome de dezasseis membros do PS presentes nesta sessão foi apresentada a Proposta - Recomendação à Assembleia Regional - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA), que abaixo se transcreve:

“Com a criação da nova Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) aprovada por maioria em sessão plenário, da Assembleia Legislativa Regional, do passado dia 21 de Janeiro de 2010, cabe a cada concessionária dos sistemas municipais contribuir para o funcionamento da mesma, com uma taxa equivalente a 2% da facturação anual bruta, resultante da distribuição de água e das taxas de saneamento.

Até ao ano de 2009 as Câmaras Municipais pagavam ao Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR) agora ERSARA, uma Taxa de Controlo da Qualidade da Água, que tinha como base de cálculo o pagamento de 1,50€ por cada 1000 m<sup>3</sup> de água distribuída, o que significava que no corrente ano teríamos de pagar a esta entidade a quantia de 1.285,83€, referente aos 857 220 m<sup>3</sup> consumidos no ano de 2009. Contudo, em virtude de já se aplicar a nova base de cálculo criada pelo ERSARA vamos ter de pagar a quantia de 21.382,05€, o que é um aumento aproximado de 1700%.

Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa tem realizado um forte investimento quer na melhoria da qualidade da água do concelho, quer no reforço do seu abastecimento às populações;

Considerando as dificuldades financeiras com que as Autarquias se debatem para fazer face aos seus compromissos e responder às necessidades das suas populações; Considerando que a água é um bem essencial que compete às Autarquias fornecer e monitorizar;

Considerando que o preço final pago pelo consumidor reflecte o forte investimento realizado pela autarquia lagoense em matéria de fornecimento e garantia de

qualidade da água no concelho, bem como custos com pessoal, aquisição de água, infra-estruturas, equipamentos, manutenção, energia eléctrica e amortizações;

Proponho que a Assembleia Municipal de Lagoa aprove uma recomendação à Assembleia Regional dando nota do descontentamento face ao novo modelo criado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) propondo que a fórmula de cálculo seja revista, passando a ser feita em função dos m<sup>3</sup> e não do volume de facturação, como até à data. Salientamos que este modelo faz das Autarquias as entidades financiadoras da mesma, que implicará que esse montante se reflecta directamente sobre os consumidores e, por esta via, serão as Câmaras Municipais a assegurar os custos do funcionamento de um órgão da administração regional.”

O membro Vasco Garcia propôs à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Paulo Jorge Borges e Rosa Borges, a aprovação da Recomendação, que abaixo se transcreve:

“Com o sentido de assumir uma competência própria, ainda não executada, o Governo Regional dos Açores decidiu criar uma Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos na Região (ERSARA), com funções reguladoras e orientadoras dos sectores de abastecimento público da água e das águas residuais urbanas.

Todavia, o Governo Regional pretende financiar esta entidade através da cobrança de taxas reguladoras que, recaindo sobre as autarquias açorianas, vai automaticamente reincidir sobre os açorianos e suas famílias.

Numa altura de dificuldades acrescidas, quer o Governo Regional onerar ainda mais o orçamento das famílias com o aumento da factura da água, isso para financiar uma competência própria que, até agora, nem a assumia.

Se é válida a existência de uma taxa de regulação para ajudar no financiamento desta entidade, já não é admissível que o Governo Regional empurre para as autarquias, directamente e indirectamente para a população, os custos inerentes ao seu funcionamento.

Na realidade, com tal legislação o Governo Regional irá:

- aplicar uma taxa de 2,5% sobre o volume de facturação anual bruta de água acrescida das taxas de saneamento;
- aplicar esta taxa à facturação referente a actividades acessórias e complementares exercidas pelas autarquias nesta área.

Neste momento, as autarquias açorianas pagam uma taxa de regulação, aplicada por cada 1000 m<sup>3</sup> de água facturada, à entidade reguladora nacional que corresponde a cerca de 31.000,00 € na sua totalidade.

A partir de agora, o Governo Regional irá ampliar, no mínimo, a dita taxa para mais 12 vezes, o que representa um acréscimo a nível das autarquias da Região de mais 320.000,00 € a que adicionarão as taxas de saneamento e todos os outros serviços acessórios, nomeadamente instalação de ramais, entre outros.

Para além de absurda e inaceitável, ao aplicar-se a dita taxa sobre a facturação e actividades acessórias, irão criar-se discriminações entre as autarquias, pois os tarifários não são iguais de concelho para concelho, aplicando uma nova taxa sobre outras já existentes.

Com tal situação, os Lagoenses, que já pagam a água mais cara do que noutros concelhos, irão ter um encargo completamente injustificado, penalizando as famílias e os munícipes em geral.

Assim, os deputados municipais do PSD abaixo assinados, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõem que a Assembleia Municipal de Lagoa aprove um voto recomendando ao Governo Regional dos Açores todo um conjunto de acções no sentido de alterar o actual processo de taxação para outro mais semelhante ao anterior e menos danoso para as autarquias e para as famílias em particular.

Desta posição deve ser dado conhecimento à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e ao Governo Regional.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Recomendação à Assembleia Regional - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) apresentada pelos dezasseis membros do PS presentes nesta sessão e a Recomendação apresentada pelos membros do PSD.

### **JORNADAS AUTÁRQUICAS DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal como Presidente do Conselho de Administração da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores participou nas Jornadas Autárquicas das Regiões Ultraperiféricas, em Guadalupe e pediu-lhe para falar sobre o assunto à Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que nas Jornadas Autárquicas das Regiões Ultraperiféricas, em Guadalupe, foram abordados temas

relacionados com as especificidades próprias das Regiões Ultraperiféricas (RUP), designadamente, temas da actualidade como: o Ambiente, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Económico Local e enteviu em dois painéis, sobre “Desenvolvimento Económico dos Municípios das RUP” e “Caminhos e Desafios do Municipalismo das RUP, Sobreviver em Tempos de Crise”.

Fazem parte da Confederação dos Municípios Ultraperiféricos: As Associações de Municípios dos Açores; da Madeira; das Canárias; Guadalupe Guiana e Martinica.

Mais informou que a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores assume formalmente, em Maio, a Presidência da Confederação de Municípios Ultraperiféricos, durante as Jornadas Autárquicas que se realizarão em Ponta Delgada e será um momento importante na afirmação dos Municípios Açorianos.

Informou ainda que a sua participação naquelas Jornadas, em Guadalupe, serviu para preparação das próximas Jornadas Autárquicas que se realizarão em Ponta Delgada, nos dias 20, 21 e 22 de Maio.

A Assembleia tomou conhecimento.

#### **RECOMENDAÇÃO:**

O membro Paulo Jorge Borges propôs à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Vasco Garcia; Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Francisco Vieira e António Augusto Borges a aprovação da Recomendação, que abaixo se transcreve:

“Recentemente na Ribeira Chã ocorreu por mais de uma vez o que as fotografias abaixo ilustram.

Tais acontecimentos devem-se ao facto do vale fluvial localizado nas traseiras das casas do lado poente da Rua Padre Caetano Flores ter sido aterrado com terras provenientes das SCUTs.

Para evitar futuras situações destas ou ainda até mais graves, os deputados municipais abaixo-assinados, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõem que a Assembleia Municipal de Lagoa, se manifeste contra esta situação e que aprove a seguinte Recomendação dirigida à Câmara Municipal:

**Estabeleça as diligências necessárias junto do Governo Regional para que sejam providenciadas as condições de segurança que a situação criada requer.”**

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que a Câmara Municipal não precisa desta recomendação para assumir as suas responsabilidades na defesa

do interesse público desta situação. Tal como já informou hoje na reunião Camarária, a Câmara Municipal está atenta a esta situação e a acompanhar devidamente este processo. Tem conhecimento que por parte do Engenheiro responsável pelas obras da Scut e pelo Vereador Durval Faria foram estabelecidos contactos com o proprietário do terreno, no sentido de se resolver este assunto e não houve por parte do respectivo proprietário a devida colaboração.

Mais informou que já foi agendada uma reunião, sobre o assunto, entre a Câmara Municipal, a Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã e os técnicos da Euroscut Açores – Sociedade Concessionária da Scut dos Açores S.A.

A membro Albertina Oliveira pediu a palavra, tendo sido substituída na mesa da Assembleia, durante a sua intervenção, pela membro Filomena Carneiro.

A membro Albertina Oliveira na sua intervenção referiu que reforça o que o Senhor Presidente da Câmara disse e este assunto tem sido tratado pela Câmara Municipal de Lagoa e pela Junta de Freguesia da Ribeira Chã.

Informou que a pedido da Junta de Freguesia da Ribeira Chã, segunda-feira realizar-se-á uma reunião entre a Junta de Freguesia da Ribeira Chã, a Câmara Municipal e os técnicos da Ferrovial, com vista à resolução deste assunto. Trata-se de uma casa que tem sido bastante afectada, devido aos depósitos de terras provenientes da obra da Scut e o Senhor que vive na moradia, não tem colaborado com os serviços envolvidos na resolução do problema. Por duas vezes já foi ameaçada em sua moradia pelo Senhor Victor Amaro que a pressiona para resolução deste assunto, atribuindo responsabilidades à Junta de Freguesia da Ribeira Chã.

Acrescentou ainda que não aceita que este assunto seja tratado desta forma e a Junta de Freguesia da Ribeira Chã não foi contactada aquando da colocação das terras.

O membro Paulo Jorge Borges referiu o seguinte: primeiro a recomendação foi feita à Câmara Municipal de Lagoa e não à Junta de Freguesia da Ribeira Chã; segundo desagrada-lhe saber que a Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã só tenha sido informada do aterro da ribeira quando os trabalhos já estavam a ser realizados; terceiro questionou o Senhor Presidente se a Câmara Municipal foi informada que aquela ribeira iria ser aterrada com as terras provenientes da obra da Scut e quarto o leito fluvial é público e não é particular.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação a Recomendação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, não aprovar a recomendação apresentada, com 16 (dezasseis) votos contra dos membros do PS; 6 (seis) votos a favor dos membros: Vasco Garcia; Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira e Rosa Borges e 2 (duas) abstenções dos membros Roberto Oliveira e António Augusto Borges, dos vinte e quatro membros presentes.

O membro Vasco Garcia na sua intervenção comentou que uma das regras básicas é que nunca se deve fazer intervenções desta natureza, em leitos fluviais, como são as nossas grotas e ribeiras. Aliás o que aconteceu na Ilha da Madeira teve muito a ver com a intervenção do homem em leitos fluviais que nunca deveriam ter sido intervencionados. Há que manter todas as condições de segurança e em sua opinião, entende que é muito perigoso deixar uma intervenção desta natureza continuar a ser feita como está.

#### **VOTO DE PROTESTO:**

O membro Paulo Jorge Borges apresentou à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Vasco Garcia; Leonel da Silveira; Cláudia Galego e Francisco Vieira o Voto de Protesto, que abaixo se transcreve:

"De acordo com o Art. 21 do Regimento desta Assembleia Municipal a Mesa da Assembleia é composta apenas por um Presidente que é o Presidente da Assembleia, um 1º secretário e um 2º secretário, não sendo pois justificável que o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercido tenha assento na mesma, pois isto viola o disposto no Regimento.

Conforme o Art. 35 do Regimento a Câmara Municipal faz-se representar obrigatoriamente nas sessões da Assembleia mas definitivamente não pode fazer parte da Mesa.

Esteja pois com dignidade numa mesa separada e não contigua com a Mesa da Assembleia.

A regularização desta situação ilegal foi solicitada na última reunião da Assembleia Municipal no dia 17 de Dezembro de 2009.

Não tendo esta sugestão sido aceite pela Mesa, voltamos a protestar e a pugnar para que seja reposta a legalidade."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**VOTO DE PROTESTO:**

O membro Paulo Jorge Borges apresentou à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Vasco Garcia; Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Francisco Vieira e António Augusto Borges o Voto de Protesto, que abaixo se transcreve:

“Na convocatória da sessão ordinária do dia 26/02/2010 (V. Ref. 01 de 18/02/2010 em anexo), o Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal informava que no âmbito do processo de modernização administrativa em curso no Município, todo o acesso à documentação relativa aos assuntos da ordem de trabalho seria efectuada, a partir daquela data, exclusivamente de forma electrónica. Na mesma missiva informava também que os mesmos documentos se encontram disponíveis em suporte de papel para consulta, no edifício dos Paços do Concelho.

Os deputados do PSD abaixo assinados protestam pela forma autocrática como o assunto foi tratado. Aproveitam a ocasião para lembrar que vivemos em Portugal, onde nem todos os cidadãos têm computador com acesso à Internet e que não é pois regra que todos os deputados municipais deste Concelho tenham computador e internet ou acesso a computadores com internet. Mesmo que o tenham, não são obrigados a tal. De nada servirá o Exmo Senhor Presidente da Assembleia argumentar que esta medida autocrática visa reduzir custos, maximizar meios e que tem um cunho ecológico com preocupações ambientais, porque tal seria falacioso quando não há uma gestão criteriosa de meios e recursos do erário público desde Concelho. Até porque não nos parece que seja viável que a Assembleia Municipal venha a fornecer a cada deputado municipal um computador com internet e que suporte os custos inerentes a tal medida.

Quanto ao facto de existir uma cópia em suporte de papel disponível para consulta no edifício dos Paços do Concelho, recordamos que esta está apenas acessível no horário laboral da Câmara Municipal de Lagoa, pelo que nos abstermos de fazer mais comentários.

Anexo: o mencionado”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**PROPOSTA:**

O membro Paulo Jorge Borges apresentou à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Vasco Garcia; Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Francisco Vieira e António Augusto Borges a Proposta, que abaixo se transcreve:

“1) Face ao emanado na convocatória da sessão ordinária do dia 26/02/2010 (V. Ref. 01 de 18/02/2010) pelo Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sobre o acesso exclusivamente de forma electrónica aos documentos referentes aos assuntos da ordem do dia das reuniões da Assembleia Municipal;

2) Em virtude de nem todos os deputados municipais terem acesso a computador com internet ou estarem dispostos a apreciar documentos tão importantes em suporte digital;

3) Porque nem sempre os documentos depois de descarregados do portal onde estão alojados vêm em condições, encontrando-se muitas vezes corrompidos;

4) O facto de o acesso exclusivamente por via electrónica dos documentos poder de alguma forma vir a induzir, mesmo que subliminarmente, uma consulta e um estudo menos acurado dos documentos relativos aos assuntos a tratar na ordem do dia das reuniões de Assembleia;

5) Em virtude do horário da Câmara Municipal não ser compatível com o horário laboral de muitos deputados municipais, impossibilitando assim a consulta dos documentos em suporte de papel referentes aos assuntos a tratar na ordem do dia das reuniões ordinárias da Assembleia;

6) E por último, nos tempos que correm ser pouco viável que a Assembleia Municipal forneça a cada deputado municipal um computador com internet e que suporte os custos inerentes a tal medida;

Propomos que seja dada a possibilidade aos deputados municipais desta Assembleia escolherem de forma discriminada, como preferem receber durante esta legislatura a documentação referente aos assuntos da ordem do dia das reuniões ordinárias, se em suporte de papel ou em suporte digital, isto porque o Regimento é omissivo neste ponto mas claro no que diz respeito às reuniões extraordinárias.”

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal está aberta, para além do horário normal de expediente. Há sempre trabalhadores na Câmara Municipal, até às 19:00/20:00 horas. Qualquer membro da Assembleia Municipal ou Vereador da Câmara Municipal que necessite consultar os documentos dos assuntos a serem analisados nas reuniões podem fazê-lo porque haverá sempre pessoas na Câmara Municipal.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que estranha que quem tenha respondido se a Câmara Municipal está aberta ou fechada tenha sido o Senhor Presidente da Câmara Municipal e não o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quando este era um



assunto da exclusiva responsabilidade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Acrescentou que há aqui uma grande confusão, por isso se justificou o Voto de Protesto apresentado “As águas devem de estar separadas”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu-lhe para prestar esclarecimento sobre este assunto e deu-lhe a devida autorização.

O membro Roberto Sousa na sua intervenção sugeriu que os documentos para consulta, também podem ficar disponíveis na Sede da Junta de Freguesia de Água de Pau, uma vez que a mesma está aberta à noite, e assim os membros que não podem vir à Câmara Municipal poderão consultar os documentos na Sede daquela Junta de Freguesia.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação a proposta, tendo a Assembleia deliberado, por maioria, não aprovar a proposta apresentada, com 16 (dezassex) votos contra dos membros do PS; 6 (seis) votos a favor dos membros do PSD e uma abstenção do membro Roberto Oliveira dos vinte e três membros presentes, encontrando-se ausente o membro António Augusto Borges.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal recomendou que quando os membros da Assembleia Municipal se ausentassem da sala, avisassem a Mesa, de modo a ser feita correctamente os registos das votações.

#### **ASSUNTOS – VILA DE ÁGUA DE PAU:**

O membro Roberto Sousa questionou qual o ponto de situação da empreitada do Saneamento Básico na Vila de Água de Pau, atendendo que falta apenas a Estrada Regional e para quando se prevê que a ETAR comece a funcionar.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a empreitada do Saneamento Básico na Vila de Água de Pau começou em 2006, neste momento está na sua fase final, mas poderá levar ainda cerca de 6 meses a um ano. Devido às obras da Scut, tem havido um fluxo de tráfego intenso com a circulação de viaturas pesadas a atravessar a Vila de Água de Pau, o que levou a que durante os últimos meses do ano anterior e os primeiros três meses deste ano, suspendêssemos os trabalhos na Estrada Regional porque não havia condições de segurança para a execução dos mesmos. É possível desviar o trânsito ligeiro, mas o desvio do trânsito pesado não é exequível, pelo que, o mesmo terá que continuar a circular pela Estrada Regional e terão de ser acauteladas todas as condições de segurança.

A Câmara Municipal já conseguiu abrir uma frente da obra que foi a ligação à ETAR, e dentro de dois meses, se as condições atmosféricas permitirem, teremos esta parte concluída.

Mais informou que a administração da Euroscut Açores está preocupada com o reinício das obras do Saneamento Básico na Estrada Regional. Nas próximas semanas terá mais uma reunião com a fiscalização, sobre este assunto.

Em relação à ETAR informou que a obra está a decorrer e a ser feita a instalação de um sistema de desidratação de lamas, pelo que se prevê a sua conclusão dentro de 4 a 5 meses, depois será necessário fazer os respectivos testes e ensaios.

O membro Roberto Sousa deu os parabéns à Câmara Municipal pela empreitada de Requalificação Urbanística da Baixa d' Areia, na Caloura, que vem valorizar toda aquela zona e questionou para quando a conclusão da obra.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que relativamente à empreitada de Requalificação Urbanística da Baixa d' Areia, na Caloura, um dos objectivos seria que a obra ficasse concluída no início do mês de Junho, mas devido às condições atmosféricas registadas nos últimos meses, poderá haver alguns atrasos. Referiu que se trata de uma obra com qualidade, com um projecto muito interessante e que vai valorizar aquele espaço. Vai haver uma zona com sanitários de apoio à praia, uma zona para grelhados e será retirado a circulação de viaturas na zona de lazer que passarão para o parque de estacionamento. Faz votos que o problema de vandalismo não afecte aquele espaço no futuro.

Sobre habitação, o membro Roberto Sousa questionou quando ficarão concluídas as obras do Loteamento na Rua Maria dos Anjos Amaral - 2ª fase; qual o ponto de situação do concurso de cedência de lotes daquele loteamento e quando se vão iniciar as obras das habitações no loteamento do Paul, em Água de Pau.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que em relação ao loteamento da Rua Maria dos Anjos Amaral - 2ª fase está a ser desenvolvido com o Governo Regional através da celebração de um Contrato ARAAL e espera que a obra fique concluída dentro de 4 a 5 meses, são 17 lotes e 1 lote destinado a equipamentos, que ainda não está decidido o que lá será construído. Sobre o concurso de cedência de lotes informou que já foi comunicado aos concorrentes o resultado do concurso público, aguarda-se a confirmação do interesse dos agregados em adquirir os lotes até 15 de Março, para posterior venda dos lotes que serão acompanhados com o respectivo projecto aprovado pela Câmara Municipal, sendo

que o preço mais baixo do lote será de 4.000,00 € (quatro mil euros) e o preço vai aumentando em função dos rendimentos do agregado familiar.

Em relação às obras do loteamento do Paul tem informação da Senhora Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social que as obras se vão iniciar em breve.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **ASSUNTOS – SANTA CRUZ:**

Sobre a freguesia de Santa Cruz a membro Olga Soares apresentou as seguintes questões:

- O que é que a Câmara Municipal pensa fazer no Convento dos Frades;
- Em que situação se encontra o projecto de requalificação da Avenida do Mar;
- Quando se iniciam as obras de remodelação das Estradas no Lugar dos Remédios;
- Gostaria de saber se sempre vão efectuar a construção do Palco e Instalações Sanitárias no Largo junto à Ermida dos Remédios.

Sobre as questões apresentadas o Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou o seguinte:

- Sobre o Convento dos Frades, a Câmara Municipal vai criar um grupo de trabalho composto por técnicos da Câmara Municipal, membros da Assembleia Municipal, da Junta e Assembleia de Freguesia e outras individualidades, para que apresentem sugestões à Câmara Municipal em relação às possíveis utilizações daquele espaço;
- Tivemos o estudo em discussão pública, estamos na expectativa que o mercado reanime e a ideia será desenvolver aquele projecto no âmbito de uma parceria público – privada. Este ano a Câmara Municipal vai avançar com o processo do concurso;
- As obras de remodelação das Estradas no Lugar dos Remédios vão se iniciar no próximo mês de Março;
- A construção do Palco e Instalações Sanitárias no Largo junto à Ermida dos Remédios começa segunda-feira e prevê-se a sua conclusão aquando das festas do Espírito Santo, no mês de Maio ou nas Festas da Padroeira, em Julho.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **COLOCAÇÃO DE TERRAS - FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:**

A membro Albertina Oliveira pediu novamente a palavra, em defesa da honra, para esclarecer o membro Paulo Jorge Borges, informando de que não teve conhecimento

oficial da colocação de terras provenientes da obra da Scut e que a Junta de Freguesia da Ribeira Chã não foi contactada aquando da colocação daquelas terras.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que o que disse foi que lamenta que a Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã só tenha sido informada do aterro da ribeira quando os trabalhos já estavam a ser realizados. Nunca pôs em causa outra situação, lamenta sim que a Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã não tenha sido informada antes do aterro.

Colocou novamente a pergunta ao Senhor Presidente da Câmara se a Câmara Municipal foi informada que aquela ribeira iria ser aterrada com as terras provenientes da obra da Scut.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que aquele aterro, à data, foi efectuado sem o conhecimento da Câmara Municipal. A Câmara Municipal está a acompanhar toda esta situação, como já teve a oportunidade de informar na reunião Camarária.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

##### **PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou para apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que a proposta que apresentaram teve fundamento, pois não conseguiu abrir o documento, por isso não pode apresentar comentários à informação apresentada no ponto nº 1.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o membro Paulo Jorge Borges podia ter comunicado o facto à Câmara Municipal pois os documentos encontravam-se disponíveis para consulta.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**PONTO Nº 2 – PROPOSTA – PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU – SANTA CATARINA (BRASIL):**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de Protocolo de Geminação entre o Município de Lagoa – Açores e a Prefeitura Municipal de Biguaçu – Santa Catarina (Brasil), que abaixo se transcreve:

“Considerando que, o Município de Biguaçu – Santa Catarina (Brasil) manifestou intenção de se geminar com o Município de Lagoa (Açores) através de uma carta, datada do dia 24 de Janeiro de 2010;

Considerando que, Biguaçu é um Município situado na Região de Grande Florianópolis, Santa Catarina - Brasil com uma superfície de 326 km<sup>2</sup> e com cerca de 60.000 habitantes. É um Município de colonização Açoriana que tem como principais actividades económicas a agricultura, o turismo e o comércio. Os seus principais eventos são as Festas em honra do Divino Espírito Santo e a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes (festas de origem Portuguesa). O Município tem uma rede educativa composta por cerca de 67 estabelecimentos de ensino e existem 9 Centros de Saúde no Município;

Que no ano de 1692 emigraram cerca de 260 casais de Açorianos, que se fixaram em Nossa Senhora do Desterro (hoje, cidade de São José), em Santa Catarina, instalando-se, primeiramente, no então existente município de Laguna e em 1747 na Vila de São Miguel da Terra Firme (hoje Biguaçu);

Considerando ainda que, entre 1748 e 1752 chegaram a solo brasileiro cerca de 6.000 pessoas, sendo grande parte proveniente do Arquipélago dos Açores, fundando as "freguesias" de São Miguel, Santo António, São José, Enseada do Brito, Vila Nova e Garopaba do Sul, todas no continente fronteiriço à Ilha de Santa Catarina (São José), possibilitando o subsequente povoamento e colonização de Santa Catarina. Levados pela ligação ao mar, os açorianos instalaram-se, ocupando a orla costeira catarinense;

Considerando igualmente que, existe uma perfeita integração entre a cultura açoriana e a cultura brasileira, em Biguaçu, bem como um pouco por todo o Estado de Santa Catarina;

Que existem muitas semelhanças entre os dois Municípios a vários níveis, como a nível cultural e histórico, onde o artesanato de referência cultural em Biguaçu diz respeito especialmente à Cerâmica, tal como na Lagoa, bem como existe na Cidade

de Biguaçu um Museu Etnográfico – Casa dos Açores localizado num conjunto arquitectónico de características Luso-Brasileiras com um acervo composto por biblioteca especializada, artesanato dos Açores, fotografias e outros objectos que têm por objectivo contar a história dos Açorianos em Santa Catarina;

Considerando ainda que, a troca de experiências e de conhecimento entre os dois Municípios, nomeadamente em áreas como a economia, turismo, cultura, ensino e saúde será muito benéfico para a população tanto para o Município de Lagoa como para o Município de Biguaçu.

Proponho que seja celebrado um Protocolo de Geminação entre o Município de Lagoa – Açores e o Município de Biguaçu – Brasil, após aprovação da Minuta de Protocolo que se encontra anexada a esta Proposta.

MINUTA DE PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
BIGUAÇU, NO ESTADO DE SANTA CATARINA (BRASIL) E O MUNICÍPIO DE LAGOA  
(AÇORES)

Primeiro Outorgante:

**A Prefeitura Municipal de Biguaçu** – Santa Catarina (Brasil), com CNPJ número 82.892.308/0001-53, com sede em Praça Nereu Ramos, n.º 90, em Santa Catarina, representada neste acto pelo seu Prefeito, **José Castelo Deschamps**;

Segundo Outorgante:

O **Município de Lagoa – Açores**, pessoa colectiva de direito público n.º 512 074 410, com sede no Largo D. João III, Freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, representada neste acto pelo seu Presidente, **Eng.º João António Ferreira Ponte**.

Tendo em conta a vaga de emigração açoriana para o Brasil, iniciada no século XIX e que se estendeu até meados do século XX, criou uma forte ligação entre o Arquipélago dos Açores e a Nação Brasileira, com especial relevo no Estado de Santa Catarina, onde está localizada a Cidade de Biguaçu que possuiu uma cultura de base Açoriana - Catarinense.

Ponderadas as relações institucionais, existentes ao nível de executivos, a identidade de objectivos e a dinâmica institucional entre os outorgantes referenciados, perspectiva-se através do presente instrumento jurídico formalizar, reforçar e consolidar a proximidade mútua existente.

No quadro de cooperação entre Municípios, deliberaram a Prefeitura Municipal de Biguaçu – Santa Catarina e o Município de Lagoa – Açores aprovar, por unanimidade, um ACORDO DE GEMINAÇÃO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU –

SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE LAGOA - AÇORES, tendo como objectivo primordial promover, de forma regular e gradativa, a aproximação pragmática e qualitativa entre os dois Municípios, numa perspectiva de se formalizar a geminação, instituindo relações de proximidade e de colaboração que a excelência dos processos democráticos nos dois Municípios assegura, incentiva e potencia.

Atenta à vantagem na criação de condições de cooperação susceptíveis de gerar e potenciar sinergias em ordem ao progresso e desenvolvimento das aludidas realidades culturais e sócio - económicas, é celebrado e mutuamente aceite o presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA 1ª.

Constitui objecto do presente protocolo promover e enaltecer os laços históricos entre o Povo Português e o Povo Brasileiro, mais propriamente entre a Região Autónoma dos Açores e o Estado de Santa Catarina, assim como reconhecer a importância do fomento das relações entre estas duas nações (Portugal e Brasil), irmãs em Língua e Cultura, respeitando, sempre, os princípios da soberania e independência nacionais de Portugal e do Brasil, objectivos que serão consubstanciados através das seguintes medidas:

- a)** Promover o intercâmbio, nomeadamente, no domínio cultural, social, educativo e turístico e nos que sejam do interesse das populações dos dois Municípios e designadamente das suas diversas organizações representativas, como sustentáculo essencial desta cooperação, mobilizando em conformidade os incentivos, os meios e os procedimentos considerados para tanto adequados;
- b)** Promover actividades que fundamentem e reforcem as relações dos Municípios geminados, bem como a directa e empenhada participação de ambos, aprovando e realizando programas, projectos, acções e actividades que se considerem mais convenientes para o fim proposto.

#### CLÁUSULA 2ª.

Estabelecer como prioridade a dinamização do espaço geopolítico da Lusofonia e dos povos que o integram.

#### CLÁUSULA 3ª.

O Município de Biguaçu em conjunto com o Município de Lagoa – Açores, apoiarão as actividades e cooperarão com vista ao fomento do Turismo, de acordo com as suas disponibilidades e interesses, através, nomeadamente, da:

- a)** Promoção de visitas a ambos os Municípios mediante a organização de programas de excursões;
- b)** Apoiar e fomentar o transporte de pessoas e bens;
- c)** Incentivar o intercâmbio de publicidade: cartões, anúncios, programas das diferentes manifestações de carácter festivo e turístico;
- d)** Coadjuvar as entidades, especialmente as de natureza privada associativa, que tenham por objecto o fomento da cultura e da promoção do Turismo.

#### CLÁUSULA 4ª.

O Município de Biguaçu – Santa Catarina em conjunto com o Município de Lagoa – Açores, apoiarão as actividades e cooperarão, na vertente sócio - económica, de acordo com as suas disponibilidades, através, nomeadamente, do:

- a)** Divulgação de produtos regionais;
- b)** Divulgação de informação no que concerne a projectos industriais ou de outra natureza no âmbito da economia, em desenvolvimento ou que suscitem interesse a ambos os outorgantes.

Assim, abaixo-assinados os representantes legais destas duas comunidades locais, afirmam os valores e considerandos acima apresentados, garantindo as relações futuras entre os Municípios de Lagoa (Açores) e Biguaçu, cujos princípios orientadores se constituem como sendo a amizade, solidariedade e a partilha dos valores culturais.

Celebrado em ... .. , a ... .. de Abril de 2010, em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.”

O membro Roberto Oliveira solicitou informação sobre as vantagens que o Município de Lagoa (Açores) irá obter com a celebração do Protocolo de Geminção com a Prefeitura Municipal de Biguaçu, em Santa Catarina (Brasil), atendendo que se situa tão longe do Concelho de Lagoa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que na proposta apresentada fundamenta as razões da celebração do Protocolo de Geminção entre o Município de Lagoa – Açores e a Prefeitura Municipal de Biguaçu – Santa Catarina (Brasil) e aquela zona do Brasil tem uma grande representação de Açorianos. Há sempre um conjunto de oportunidades que resultam deste tipo de parcerias e é importante a troca de experiências quer a nível cultural quer turístico. Temos bons exemplos com os Protocolos de Geminção com cidades nos Estados Unidos da América e com Lagoa (Algarve).



O membro Vasco Garcia referiu que é favorável a este tipo de iniciativas. Defende que o Município de Lagoa deve continuar a apostar na internacionalização e entende que é de louvar esta acção. O Estado de Santa Catarina foi o Estado do Brasil para onde foram mais Açorianos.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes:

**1º** Autorizar a Geminção entre o Município de Lagoa – Açores e a Prefeitura Municipal de Biguaçu – Santa Catarina (Brasil), nos termos da Minuta de Protocolo acima transcrita e de acordo com a alínea d) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 3 – DESIGNAÇÃO DE UM NOVO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA ELEVAÇÃO DO LUGAR DE ATALHADA A FREGUESIA:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta para designação de um novo Membro da Assembleia Municipal para a Comissão de Avaliação da Elevação do Lugar de Atalhada a Freguesia, que abaixo se transcreve:

“Na sequência do deliberado na Assembleia Municipal, em sessão realizada a 18 de Junho de 2009 e face à renúncia do membro Nuno Filipe Medeiros Martins ao seu mandato na Assembleia Municipal de Lagoa, proponho que a Câmara Municipal solicite à Assembleia Municipal a designação de um novo elemento para integrar a Comissão de Avaliação da Elevação do lugar de Atalhada a freguesia a fim de se dar prosseguimento aos trabalhos.”

O membro Paulo Jorge Borges apresentou à Assembleia Municipal, em seu nome e dos membros: António Augusto Borges; Rosa Borges; Cláudia Galego; Francisco Vieira e Leonel da Silveira, a proposta que abaixo se transcreve:

“No âmbito do ponto 3 da ordem de trabalhos “Designação de um novo Membro para a Comissão de Avaliação da elevação do Lugar de Atalhada a Freguesia” os deputados do PSD abaixo assinados propõem o seguinte representante: Vasco Garcia.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que no mandato anterior foram designados três Membros da Assembleia Municipal (estando representados todos os

partidos políticos com assento neste órgão, tendo em conta o princípio da proporcionalidade). Atendendo que neste mandato a Assembleia Municipal tem a representatividade de três partidos políticos propôs que este assunto fosse retirado e reformulada a composição da Comissão de Avaliação da Elevação do Lugar de Atalhada a Freguesia.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes:

**1º** Recomendar à Câmara Municipal a reformulação da composição da Comissão de Avaliação da Elevação do Lugar de Atalhada a Freguesia, de modo a integrar mais elementos;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 4 – RELATÓRIO DE ANÁLISE DO SUPORTE À FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO - FINANCEIRA DA MATRIZ DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:**

Foi presente pela Câmara Municipal o Relatório de Análise do Suporte à Fundamentação Económico - Financeira da Matriz de Taxas do Município de Lagoa – Açores, acompanhado da informação dando conhecimento que o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, sobre o referido Relatório, terminou sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que o Relatório de suporte à Fundamentação Económico-Financeira sobre o valor das Taxas a aplicar no Município de Lagoa – Açores foi elaborado ao abrigo da Lei que aprova o regime geral das taxas das Autarquias Locais.

O membro Paulo Jorge Borges perguntou se houve alguma alteração ao valor das taxas, tendo o Senhor Presidente da Câmara respondido que não.

No momento desta votação estavam ausentes da sala os membros: Norberto Ponte; António Augusto Borges e Durval Carlos Simas Faria.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

**1º** Aprovar o Relatório de Análise do Suporte à Fundamentação Económico - Financeira da Matriz de Taxas do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea

a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 5 – 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO ORDINÁRIO DE 2010 – ALTERAÇÃO DO CLASSIFICADOR:**

Pela Câmara Municipal foi presente a 1ª Alteração Orçamental ao Orçamento Ordinário do corrente ano, de modo a serem introduzidas as alterações do classificador.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da referida Alteração Orçamental.

**PONTO Nº 6 – RELATÓRIO Nº 19/2009 – AUDITORIA AO MUNICÍPIO DE LAGOA – TRIBUNAL DE CONTAS:**

Foi presente o relatório nº 19/2009 – FS/SRATC, Processo nº 09/116.01, relativo à Auditoria ao Município de Lagoa – Açores, aprovado em sessão de 3 de Dezembro de 2009, pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

O membro Paulo Jorge Borges apresentou em seu nome e dos membros: Vasco Garcia; Rosa Borges; Leonel da Silveira; António Augusto Borges; Cláudia Galego e Francisco Vieira, a Declaração de Voto que abaixo se transcreve:

“Os deputados do PSD abaixo assinados recebem com preocupação a informação emitida pelo Tribunal de Contas, referente ao exercício de 2008, da Câmara Municipal de Lagoa.

Lamentam igualmente o facto de anteriores recomendações desse Tribunal, bem como dos vereadores e dos deputados municipais do PSD, não tenham sido efectivadas na totalidade e que muitos destes erros persistam ainda hoje.

Efectivamente o Tribunal de Contas não poupa críticas à actuação da Câmara Municipal de Lagoa, no que diz respeito à política de apoios financeiros prestada a inúmeras colectividades do Concelho e a erros de gestão administrativa e financeira. Espera-se que após mais esta recomendação do imparcial Tribunal de Contas, este Executivo, desenvolva todos os esforços no sentido de melhorar a sua prestação, acatando todas as sugestões do Tribunal, em nome da transparência e da maturidade administrativa, no exercício das suas competências.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal de Lagoa foi notificada do despacho da Digna Representante do Ministério Público, no qual declara não requerer procedimento jurisdicional, arquivando o Relatório emitido pelo Tribunal de Contas, relativo à Auditoria ao Município de Lagoa – Açores, e comentou que para grande tristeza do Grupo Parlamentar do PSD.

Acrescentou que a Câmara Municipal tem sempre dado cumprimento às recomendações apresentadas pelo Tribunal de Contas. Esta Auditoria foi na área da Contabilidade e de procedimentos do POCAL e os Serviços têm dado um salto qualitativo nesta área, face às exigências e alterações constantes de normas e procedimentos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou um elogio público aos Serviços da Câmara Municipal de Lagoa que apoiaram a Auditoria do Tribunal de Contas e a Inspeção Administrativa Regional, face às denúncias apresentadas pelo PSD, àquelas Entidades.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório nº 19/2009 – FS/SRATC, Processo nº 09/116.01, relativo à Auditoria ao Município de Lagoa – Açores, de acordo com a alínea i) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 7 – PROPOSTA PARA INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO NA SOCIEDADE “VALORISM” VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA ILHA DE S. MIGUEL S.A:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre o assunto acima referenciado, que abaixo se transcreve:

“Considerando o deliberado em reunião da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, efectuada a 5 de Fevereiro de 2010, sobre a constituição da sociedade “VALORISM – Valorização de Resíduos Sólidos da Ilha de S. Miguel S.A.”;

Considerando a necessidade e urgência de se resolver de forma integrada o problema do tratamento dos resíduos sólidos urbanos, visando a optimização da gestão de resíduos com salvaguarda de custos socialmente aceitáveis para todos os utentes;

Propõe-se que a Assembleia Municipal autorize a integração da Câmara Municipal de Lagoa na sociedade “VALORISM – Valorização de Resíduos Sólidos da Ilha de S.

Miguel S.A.”, que terá como objecto a gestão e exploração de um sistema municipal de triagem, transporte, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos produzidos na Ilha de S. Miguel, bem como qualquer outra actividade relacionada com resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais banais, biomassa, entre outros resíduos não perigosos, bem como a exploração e a gestão da construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para o desenvolvimento da sua actividade, assumindo os direitos e obrigações daí resultantes, nos termos da proposta de Estatutos e do Acordo Parassocial e, bem assim, da transferência de forma exclusiva para a Sociedade, das atribuições e competências inerentes à gestão e exploração do sistema municipal.”

O membro Vasco Garcia questionou se a sociedade anónima que a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM) vai criar visa a questão de incineração.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a sociedade “VALORISM – Valorização de Resíduos Sólidos da Ilha de S. Miguel S.A” terá como objecto a gestão e exploração de um sistema municipal de triagem, transporte, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos produzidos na Ilha de S. Miguel. Trata-se da necessidade de resolver de forma integrada o problema do tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

O membro Paulo Jorge Borges apresentou as seguintes questões: se nos próximos quatro anos a Câmara Municipal pretende alargar a rede de Ecopontos no Concelho de Lagoa e para quando vai ser implementado a recolha de lixo reciclável porta a porta.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que, todos os anos, é alargada a rede de Ecopontos no Concelho de Lagoa. Neste mandato será feita uma experiência piloto de recolha de lixo reciclável porta a porta, mas este é um serviço que tem custos muito elevados.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que irá abster-se nesta deliberação por não estar devidamente esclarecido sobre este assunto.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos membros: Paulo Jorge Borges; Cláudia Galego e Francisco Vieira, dos vinte e quatro membros presentes:

**1º** Autorizar a integração do Município de Lagoa na Sociedade VALORISM – Valorização de Resíduos Sólidos da Ilha de São Miguel S. A., de acordo com a alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 8 – PROPOSTA DE CEDÊNCIA DO EDIFÍCIO SEDE À JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“Conhecida que é a relevância do Poder Local nas nossas comunidades e o importante papel que as Juntas de Freguesia, enquanto poder mais próximo, prestam às suas populações;

Sendo que, ao longo dos últimos 33 anos, a Lagoa progrediu e trilhou um caminho direccionado para o desenvolvimento sustentável, resultado da visão de todos os Autarcas que empenhadamente se envolveram na vida pública e na melhoria constante da qualidade de vida dos munícipes;

Considerando que o imóvel correspondente à sede da Junta de Freguesia de Lagoa - Nossa Senhora do Rosário pertence à Câmara Municipal de Lagoa, tendo sido adquirido a 9 de Maio de 2001 e registado pelo valor de 462.639,95 € (quatrocentos e sessenta e dois mil seiscientos e trinta e nove euros e noventa e cinco cêntimos) e que se trata de um imóvel inscrito na matriz predial, parte urbana, sob o artigo 3578 e a parte rústica sob o artigo 126, Secção P, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o nº 3027/Rosário pelo valor de 274.338,84 €, que posteriormente foi sujeito a obras de remodelação no montante de 245.901,11 €, as quais ficaram concluídas a 30 de Julho de 2006;

Em 24 de Novembro de 2005, o Município de Lagoa, cedeu gratuitamente ao Centro Sócio-Cultural de S. Pedro, uma parcela de terreno com a área de 1040 m<sup>2</sup>, sita à Rua Padre João Furtado Pacheco (correspondente à parte rústica desse imóvel), inscrito sob o artigo urbano 4267, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o nº 2619/Rosário, à qual foi atribuída o valor de 57.600,00 €, destinando-se à construção de novas instalações para o serviço domiciliário que aquele Centro presta à comunidade;

Considerando que desde 15 de Outubro de 2006, data da sua inauguração, a Junta de Freguesia de Lagoa – Nossa Senhora do Rosário tem utilizado o imóvel como sede, integrando uma sala de reuniões, o Gabinete da Presidência, Secretaria, uma cozinha, três salas que apoiam a actividade desenvolvida pelo Clube de Pesca

Desportiva da Lagoa, o Núcleo da Liga dos Combatentes e o Instituto Cultural Padre João José Tavares, duas salas polivalentes, um espaço destinado à Cooperativa Lagoa Vale a Pena e mais recentemente, um Posto de Atendimento RIAC, servindo a população local com a dignidade desejada;

Considerando que, os imóveis das sedes das Juntas de Freguesia são a materialização do espírito de democracia, trabalho e progresso e um símbolo inequívoco dos princípios em que assenta o Poder Local, proponho que a Câmara Municipal solicite à Assembleia Municipal autorização para a cedência gratuita (doação) do imóvel em causa à Junta de Freguesia de Lagoa – Nossa Senhora do Rosário como reconhecimento do trabalho dessa comunidade e particularmente, de todos aqueles que nestes últimos 33 anos têm servido a causa pública de forma abnegada e sujeitos às limitações físicas, materiais, humanas e financeiras com que muitas vezes se depararam mas que não impediu que o progresso chegasse e fosse a face visível desta Vila.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que as Juntas de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e de Água de Pau são as duas Juntas de Freguesia no Concelho que não têm Sede própria. A Câmara Municipal entendeu que esta era a altura para a cedência daqueles edifícios, propriedade do Município, àquelas Juntas de Freguesia e atendendo ao facto, deste ser o último mandato, dos seus Presidentes. Em sua opinião, é um justo reconhecimento para os Presidentes da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e da Junta de Freguesia de Água de Pau, pelo excelente trabalho desenvolvido nas respectivas freguesias.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que no Portal da Câmara Municipal, na notícia sobre este assunto, refere que “... tal pretensão, há muito pretendida por estas autarquias, pretende ser um reconhecimento para os seus dois presidentes ... ” e questionou o Senhor Presidente da Câmara se estes Presidentes não tivessem feito um bom trabalho também cedia os edifícios, àquelas Juntas de Freguesia.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que no Concelho de Lagoa existem bons Presidentes de Juntas de Freguesia e todos foram bons Presidentes.

O membro Paulo Jorge Borges acrescentou que as Juntas de Freguesia devem ter as suas próprias Sedes.

Mais informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, que os Edifícios Sede das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e de Água de Pau serão cedidos no dia do Poder Local.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes:

**1º** Autorizar a cedência gratuita do edifício Sede à Junta de Freguesia de Lagoa – Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea i) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 9 – PROPOSTA DE CEDÊNCIA DO EDIFÍCIO SEDE À JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“Conhecida que é a relevância do Poder Local nas nossas comunidades e o importante papel que as Juntas de Freguesia, enquanto poder mais próximo, prestam às suas populações;

Sendo que, ao longo dos últimos 33 anos, a Lagoa progrediu e trilhou um caminho direccionado para o desenvolvimento sustentável, resultado da visão de todos os Autarcas que empenhadamente se envolveram na vida pública e na melhoria constante da qualidade de vida dos munícipes;

Considerando que o imóvel correspondente à sede da Junta de Freguesia de Água de Pau pertence à Câmara Municipal de Lagoa, tendo sido adquirido a 30 de Junho de 2000 e registado pelo valor de 400.681,85 € (quatrocentos mil seiscentos e oitenta e um euros e oitenta e cinco cêntimos) e que se trata de um imóvel urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 481, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o nº 1406/Água de Pau pelo valor de 125.522,49 €, que posteriormente foi sujeito a obras de remodelação no montante de 275.159,36 €, as quais ficaram concluídas a 4 de Setembro de 2003;

Considerando que desde 27 de Março de 2004, data da sua inauguração, a Junta de Freguesia de Água de Pau tem utilizado o imóvel como sede e que integra um Auditório, vários núcleos museológicos (Vindima, Moinho, Sapataria, Tanoaria e Cestaria), um Salão Nobre, Gabinete da Presidência, Secretaria e mais



recentemente, um Posto de Atendimento RIAC, servindo a população local com a dignidade desejada;

Considerando que, os imóveis das sedes das Juntas de Freguesia são a materialização do espírito de democracia, trabalho e progresso e um símbolo inequívoco dos princípios em que assenta o Poder Local, proponho que a Câmara Municipal solicite à Assembleia Municipal autorização para a cedência gratuita (doação) do imóvel em causa à Junta de Freguesia de Água de Pau como reconhecimento do trabalho dessa comunidade e particularmente, de todos aqueles que nestes últimos 33 anos têm servido a causa pública de forma abnegada e sujeitos às limitações físicas, materiais, humanas e financeiras com que muitas vezes se depararam mas que não impediu que o progresso chegasse e fosse a face visível desta Vila.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes:

**1º** Autorizar a cedência gratuita do edifício Sede à Junta de Freguesia de Água de Pau, de acordo com a alínea i) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 10 – OUTROS:**

Conforme distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração à Agenda de Trabalhos com a introdução do seguinte assunto:

- Proposta – Revisão do Contrato-Programa Celebrado entre o Município de Lagoa – Açores e a Empresa Municipal de Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, concordar com a introdução do referido assunto.

#### **PROPOSTA – REVISÃO DO CONTRATO - PROGRAMA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES E A EMPRESA MUNICIPAL DE LAGOA:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre o assunto acima referenciado, que abaixo se transcreve:

“Em 10 de Dezembro de 2007, foi presente à reunião da Câmara Municipal de Lagoa o Contrato - Programa a celebrar entre o Município de Lagoa – Açores e a EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM para submissão e respectiva aprovação da Assembleia Municipal de Lagoa que o aprovou na sua sessão ordinária do dia 28 de Dezembro de 2007, o qual vai anexo à presente proposta.

De acordo com a Cláusula Primeira o referido Contrato - Programa tem por objecto a definição das formas de participação, colaboração e apoio por parte da Câmara Municipal de Lagoa ao desenvolvimento, gestão, exploração e implementação, construção dos Equipamentos, bem como a definição do conjunto de atribuições e responsabilidades da EML, EM no exercício do seu objecto social.

Entre os pressupostos do referido Contrato - Programa, salientam-se entre outros, a implementação de equipamentos culturais, e o reconhecimento que está em causa não apenas o interesse local mas também o de interesse regional.

No âmbito das infra-estruturas e edificações a desenvolver ao abrigo daquele Contrato - Programa incluem-se a obra de Construção das Caves do Parque Tecnológico de S. Miguel.

Face ao relevante interesse público da obra, quer a nível Municipal, quer a nível Regional, foi celebrado um Contrato ARAAL de colaboração entre a Região Autónoma dos Açores e a Câmara Municipal de Lagoa, o qual tem por objecto a concretização do apoio financeiro à referida obra.

No aludido Contrato ARAAL que fica anexo à presente proposta estão incluídas, designadamente, Cláusulas relativas à comparticipação financeira e seu processamento, fixando-se o custo total da obra em 4.498.882,32 € (quatro milhões quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e dois euros e trinta e dois cêntimos), cabendo ao Governo Regional dos Açores a comparticipação total desse investimento.

O processamento da comparticipação financeira a favor da Câmara Municipal de Lagoa será efectuado do seguinte modo:

- Em 2010:

1.000.000,00 € (um milhão de euros), após a assinatura do Contrato ARAAL;

1.000.000,00 € (um milhão de euros) até ao final do ano.

- Em 2011: 2.498.882,32 € (dois milhões quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e dois euros e trinta e dois cêntimos).

Tendo em conta por um lado a já mencionada cláusula primeira do referido Contrato Programa entre o Município de Lagoa e a EML em que se previa a implementação e construção de equipamentos por parte da EML, com a colaboração e apoio por parte da Câmara Municipal.

Por outro lado, que por deliberação da Câmara Municipal de 11 de Abril de 2007, foi aprovada a participação da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM, nas Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A. para efeitos de concretização do Tecnoparque de Lagoa em cujo espaço físico se insere a referida obra de Construção das Caves do Parque Tecnológico de S. Miguel, é de toda a conveniência em termos de racionalização de meios, correcta coordenação dos trabalhos, com o consequente aumento da eficácia dos mesmos e economia de custos, que a referida obra se realiza em paralelo com as demais infra-estruturas e construções do Tecnoparque.

Assim, é manifesto o Interesse Público Municipal em proceder, através de Revisão do Contrato-Programa acima referido a uma alteração no sentido de a Construção das Caves do Parque Tecnológico de S. Miguel ser responsabilidade da EML, desde já se autorizando a mesma a promover essa realização através das Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A. e que preveja, ainda a transferência das verbas referidas no Contrato ARAAL para a EML.

Face ao exposto e considerando o estatuído na cláusula oitava do contrato programa celebrado entre o Município de Lagoa e a Empresa Municipal de Lagoa e o nº 2 do artigo 9º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

**1º** - Proceder à alteração do referido Contrato – Programa, aditando uma nova Cláusula 6ª – A, com o seguinte teor:

**“Cláusula 6ª - A**

**1** - A EML obriga-se à Construção das Caves do Parque Tecnológico de S. Miguel.

**2** - O Município de Lagoa autoriza que a construção referida no número anterior seja realizada através das Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A. devendo a mesma estar concluída até ao final de 2011.

**3** - Compete à EML a fiscalização da execução do contrato da empreitada da obra e assegurar os meios financeiros para a sua execução.

**4** - Para o efeito referido na parte final da alínea anterior a CML transferirá para a EML a comparticipação financeira no montante global de 4.498.882,32 € (quatro

milhões quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e dois euros e trinta e dois cêntimos) e à medida que a mesma for processada pelo Governo Regional dos Açores de acordo com a seguinte calendarização:

- Em 2010:

1.000.000,00 € (um milhão de euros), após a assinatura do Contrato ARAAL;

1.000.000,00 € (um milhão de euros) até ao final do ano.

- Em 2011: 2.498.882,32 € (dois milhões quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e dois euros e trinta e dois cêntimos).

**5** - A EML obriga-se a assegurar que sejam entregues à CML os documentos justificativos da execução física e financeira da obra, bem como a conta final e as recepções provisória e definitiva da obra e a apresentação de um relatório final de execução do empreendimento.”

**2º** Aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a presente Revisão do Contrato – Programa celebrado entre o Município de Lagoa e a Empresa Municipal de Lagoa;

**3º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.”  
O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, explicou a proposta apresentada e acima transcrita e da necessidade de ser alterado o Contrato – Programa, celebrado entre o Município de Lagoa e a Empresa Municipal de Lagoa, aditando uma nova Cláusula.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes:

**1º** Aprovar a presente Revisão do Contrato – Programa celebrado entre o Município de Lagoa e a Empresa Municipal de Lagoa;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

## **OUTROS ASSUNTOS:**

### **PEDIDO:**

O membro Paulo Jorge Borges entregou os pedidos que abaixo se transcrevem:

“No âmbito das minhas funções de deputado municipal desta Assembleia, solicitei na reunião de 17 de Dezembro de 2010 o Plano de Emergência e Protecção Civil do Concelho, bem como o Projecto para a Reabilitação do Portinho de São Pedro. Como até à data não recebi o referido Plano e Projecto, venho mais uma vez solicitar o Plano de Emergência e Protecção Civil do Concelho, bem como o Projecto para a Reabilitação do Portinho de São Pedro.”

“No âmbito das funções de deputado municipal desta Assembleia, venho requerer o Projecto para a Avenida do Mar/Lagoa de Baixo.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção ao público e passou a palavra ao cidadão Jorge Amaral Borges.

No uso da palavra o cidadão Jorge Amaral Borges questionou se o Plano de Emergência do Concelho de Lagoa - Açores está actualizado e em vigor.

Mais referiu que a Assembleia Municipal tem um Regimento que estabelece um conjunto de normas que regem o funcionamento do Órgão e, em sua opinião, deveriam de segui-lo. Comentou que tem assistido às últimas Sessões da Assembleia Municipal e pelo que tem observado não respeitam os tempos estabelecidos no Regimento e de acordo com as normas estabelecidas no mesmo, no uso da palavra, os membros devem manter-se de pé.

Apesar de já ter sido alertado, continua a verificar que durante a realização das sessões da Assembleia Municipal os membros da Mesa da Assembleia Municipal estão junto com os membros da Câmara Municipal.

Concluiu que espera que as suas palavras sejam vistas de forma construtiva e não críticas político-partidárias e agradeceu a palavra.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que os tempos foram respeitados e agradeceu a intervenção e o contributo do cidadão Jorge Amaral Borges.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que a Câmara Municipal está a trabalhar na reformulação do Plano de Emergência e Protecção Civil

do Concelho de Lagoa, de acordo com o disposto na nova Lei de Bases da Protecção Civil.

Informou ainda o Senhor Presidente da Câmara Municipal que o Auditório dos Paços do Concelho é o único espaço disponível para a realização das Sessões da Assembleia Municipal. Relativamente à proximidade entre os membros da Mesa da Assembleia Municipal e os membros da Câmara Municipal, estes encontram-se fisicamente separados, sendo as mesas individuais, conforme verificado no local, depois de ter levantado as toalhas, não sendo possível outra forma de disposição das mesas, em virtude do espaço disponível ser exíguo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e três horas, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---